

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SARAH GARCIA SANTANA

**HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL?!**  
**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO MASCULINA NO CONTEXTO**  
**DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CAMPINAS

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SARAH GARCIA SANTANA

**HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL?!**  
**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO MASCULINA NO CONTEXTO**  
**DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência parcial  
para a conclusão do curso de  
graduação em Pedagogia da  
Faculdade de Educação/ Unicamp,  
sob orientação da Professora Doutora  
Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.

CAMPINAS

2015

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Sa59h Santana, Sarah Garcia, 1992-  
Homens na educação infantil?! Reflexões sobre a atuação masculina na  
educação de crianças pequenas / Sarah Garcia Santana. – Campinas, SP : [s.n.],  
2015.

Orientador: Gabriela de Campos Guarnieri Tebet.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação Infantil. 2. Relações de gênero. 3. Docência. I. Tebet, Gabriela  
de Campos Guarnieri, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade  
de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Titulação:** Licenciado

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 14-11-2015

## Comissão Examinadora

---

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gabriela de Campos Guarnieri Tebet**

---

**Segunda Leitor: Prof<sup>ª</sup> Peterson Rigato da Silva**

Dedicado a minha mãe: por me influenciar a tomar gosto pela leitura, por me incentivar a estudar e a conhecer, pelas discussões sobre a vida, por acreditar que eu conseguiria e por se realizar a cada realização minha.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo e principalmente todas as oportunidades que acredito que tenha me proporcionado.

À toda minha família, em especial meus pais e minha irmã pelo amor, carinho, apoio e pela credibilidade que sempre me creditaram.

À minha segunda família, meus sogros, pelo suporte e dedicação em todos esses anos de faculdade, das quais não conseguiria me formar sem.

Ao meu esposo, fiel companheiro, por ser um ouvinte maravilhoso, pelo carinho, pelo incentivo, e por sempre acreditar.

Aos todos os meus professores, que me proporcionaram esse momento, em especial a minha orientadora Gabriela Tebet, pela paciência e pela orientação em tempos de desespero na produção acadêmica.

Agradecimentos ainda a Gabriela Tebet, por gentilmente ter cedido os dados das entrevistas para a realização do trabalho de conclusão de curso.

Ao meu segundo leitor Peterson Rigato da Silva, pela atenção, consideração e apoio.

À Kátia, Gisele, Fernanda, Alessandra e José, pelas conversas e desabafos em tempos difíceis, pelas cobranças que me impulsionaram e pelo apoio e cuidado que sempre me dispensaram, por tornarem os meus dias de estudante melhores com sua amizade.

A todos aqueles que contribuíram pra que essa etapa fosse concluída.

## **Resumo**

Mediante a concepção por muito tempo difundida de que a educação de meninas pequenas e meninos pequenos é, ou deveria ser função, sobretudo das mulheres, essa pesquisa de conclusão de curso de pedagogia tem por objetivo questionar essa concepção, e discutir quais as relações que se estabelecem quando homens ocupam espaços profissionais como professores e monitores na Educação Infantil, e o que se depreende dessas relações, com a finalidade de repensar as atribuições de gênero na atuação profissional da educação infantil e as implicações e potencialidades da atuação masculina na mesma.

**Palavras - Chave:** Educação Infantil. Relações de gênero. Docência masculina.

## **Abstract**

Through long widespread conception about the Education of girls and young children is, or should be exclusive role of women do, the conclusion of the investigation pedagogy course aims to question this concept , and discuss what are the relationships established when men in professional spaces such as teachers and instructors in early childhood education , and what emerges from these relationships , in order to rethink the powers of gender in the performance of early childhood education , and the implications and potential of the same male performance.

**Key - words :** Early Childhood Education . Gender relations. Male teaching.

## **Sumário**

Introdução .....	9
Capítulo 2 .....	16
A educação de meninas e meninos pequenos: uma tarefa de... Mulheres? .....	16
Capítulo 4: A atuação profissional masculina na educação infantil.....	30
Considerações Finais.....	41
Referências Bibliográficas .....	43
Anexos.....	46

## Introdução

O ingresso na Universidade é um período de descobertas, encantamentos e questionamentos, suscitados a partir dos novos assuntos que são apresentados aos/as estudantes. Ainda que alguns assuntos que se apresentem não sejam assim tão novos, ou totalmente desconhecidos, eles acabam por serem resignificados, pois as discussões que os envolvem, a partir de perspectivas tão diferentes e que provavelmente se contrapõe, ou se diferem grandemente (devido à diversidade de pessoas, multiplicidade de olhares, experiências e posicionamentos encontrados no ambiente universitário) fazem um convite para que esses assuntos talvez já conhecidos sejam revistos, sob outros ângulos, e possibilita novos questionamentos e outras reflexões, a partir deles.

Dessa forma, a aquisição de conhecimento decorrente das discussões proporcionadas pelo espaço da Universidade pode ser considerada uma transição, uma re-forma, onde algumas verdades produzidas ao decorrer de experiências e reflexões pessoais que antecederam o ingresso na Universidade são revistas e desconstruídas, para que novas formas (de olhar, de entender), novos saberes, sejam assimilados nesse processo contínuo de construção de conhecimento.

Como estudante ingressante na Universidade, passei por todo esse processo, entrando em contato com uma ampla diversidade de pensamentos, e de interpretações acerca de vários assuntos e conhecendo muitas perspectivas e posicionamentos divergentes dos meus. Essas experiências me levaram a questionar meus valores, minhas crenças e minhas verdades, senti-me descrita na Alegoria da Caverna de Platão (2006).

Durante esse processo, refletindo sobre ele, me identifiquei com Descartes (2001), e seu método pela busca da verdade, tanto, que tomei para mim um dos seguintes princípios proposto por ele:

[...] jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.  
(DESCARTES, 2001, p. 23)

Desse modo os meus novos questionamentos se tornaram um processo doloroso, já que começava a repensar algumas ideias e certezas que possuía e que me eram tão

confortáveis, que embora disposta a iniciar meus questionamentos, relutava em considerar novas perspectivas.

Foi necessário compreender e aceitar que as discussões em torno dos assuntos que movem o mundo (bem como os próprios assuntos) são muito mais amplas do que eu imaginara até então. Embora temerosa em pôr a prova minhas convicções e elementos que constituíam a minha trajetória, pensando que se talvez eu o fizesse estaria negando a minha identidade, passei a refletir criticamente sobre meus antigos conceitos e essa nova realidade que me era apresentada, incorporando elementos dela nas minhas concepções:

Com esse exemplo, me persuadi de que não teria cabimento um particular propor-se a reformar um Estado, mudando-lhe tudo, desde os alicerces e derrubando tudo para reerguê-lo; nem mesmo, também, a reformar o corpo das ciências ou a ordem estabelecida na escola para as ensinar; mas, quanto as opiniões que até então eu aceitara, o melhor que podia fazer era suprimi-las de uma vez por todas, a fim de substituí-las depois, ou por outras melhores, ou então pelas mesmas, quando eu as estivesse ajustado ao nível da razão.  
(DESCARTES 2001, p. 18)

Além disso, mediante aos questionamentos a que me propus:

[...] acreditei firmemente, que dessa forma, conseguiria conduzir minha vida muito melhor do que se apenas construísse sobre velhos alicerces e só me apoiasse nos princípios de que me deixará persuadir em minha juventude, sem nunca ter examinado se eram verdadeiros.  
(DESCARTES 2001, p.18)

Compreendi, portanto, que não precisava abandonar ou negar minhas experiências e a minha identidade para incorporar esses elementos as minhas concepções, compreendi ainda que o/a estudante que ingressa na Universidade possui todas as suas vivências e experiências anteriores a ela, e que não é possível simplesmente excluí-las. As novas experiências apenas se incorporam e transformam as antigas, desse modo pensei a formação (que é um grande impacto na vida do sujeito), levando em conta toda a trajetória de um/uma estudante, como na verdade uma transformação.

Ao longo desse percurso de cinco anos como estudante universitária, vivi a minha (trans) formação, e me interessei por diversos temas discutidos ao longo do curso. Já na etapa final dele, precisei escolher, como obrigatoriedade disciplinar, (entre tantos temas de interesse) um tema para escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O tema escolhido, diante das minhas experiências, questionamentos e inquietações, desencadeadas principalmente pelas minhas vivências no ambiente de trabalho, onde atuo como auxiliar de educação infantil, além das minhas vivências na faculdade foi: atuação masculina na educação infantil. Feita a escolha do tema, dei início a produção do TCC.

Durante o processo de produção do TCC, surgiram muitas reflexões não só sobre o tema, mais também sobre a produção do TCC em si, uma delas foi sobre a escrita e sobre o que a escrita desse trabalho significaria.

Enquanto refletia sobre esses assuntos, entrei em contato com uma das obras de Foucault (2006), e considerei muito significativo quando ele afirma que: “Escrever é, pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (p.150), e ainda quando ele compreende a escrita como: “a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação” (p.134), colocando dessa forma, a escrita como um exercício de pensamento sobre si mesmo, uma maneira de reflexão que consiste em conceder uma preparação para o enfrentamento do real.

A partir dessas colocações de Foucault (2006), relacionando-as com a produção do meu TCC, percebi a minha escrita como forma de “mostrar-me”, evidenciar minhas reflexões acerca de um tema, que me despertou interesse, através de experiências e vivências pessoais, das minhas ações em relação a ele.

Ainda sobre a escrita, Foucault (2006) destaca dois tipos dela: os hypomnematas que “constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior” (FOUCAULT, 2006, p. 35), ou seja, uma maneira de captar o que se ouve, ou lê para a constituição de si, além de também outro tipo de escrita: a correspondência, e sobre como “O trabalho que a carta opera sobre o destinatário, mas que também é efetuado sobre o escritor pela própria carta que envia, implica, pois uma "introspecção””. (FOUCAULT, 2006, pg. 151).

Através dessa leitura, pude depreender que a escrita do meu TCC para mim servirá, entre outras coisas, como forma de produzir um trabalho reflexivo com todas as coisas lidas, ouvidas e pensadas, e também pesquisadas, sobre o tema por mim escolhido, e que essa escrita servirá para a minha constituição como pedagoga, professora, pessoa. Contudo ainda espero que também sirva para o/a leitor/a, como “correspondência”, eu pretendo me tornar uma correspondente através desse trabalho, e

causar um impacto, que possa levar o/a leitor/a a uma introspecção, e através dela uma reflexão sobre o tema que proponho e pesquiso nesse TCC.

Continuando a reflexão sobre a escrita, e a produção do meu trabalho de conclusão de curso, me deparei com Lopretti (2007) e suas considerações acerca da produção de saberes no cotidiano escolar. Com a leitura da autora me apropriei da ideia apresentada por ela de que os saberes estão além do conhecimento formativo, que os saberes são construídos também a partir da reflexão das experiências experimentadas e que tais reflexões servem de subsídio para nortear as ações em situações futuras.

A autora ainda ressalta como é enriquecedor para a construção de saberes, os espaços coletivos colaborativos onde ocorre uma troca de experiência, e como os saberes são construídos nas relações:

[...] a existência de um saber implica necessariamente na existência de uma relação entre sujeito-objeto, sujeito-sujeito e sujeito e diversos contextos. Sendo que, estas relações, implicadas de confrontação entre o sujeito e os diversos conhecimentos, crenças, valores os quais incorpora numa dada realidade, num contexto específico, é o que possibilita a produção de saberes. (LOPRETTI 2007, p. 50).

A partir do contato com esses autores e a partir da perspectiva de que:

Como educadora, pedagoga, professora, pesquisadora, estudante, acredito, muito em função das experiências que tenho vivido, ou seja, muito em função de tudo o que tem me passado, me acontecido, me tocado, me transformado, não ser possível refletir, pensar, discutir, estudar, pesquisar a educação e o fazer educação sem olhar também para minha trajetória, para as marcas e marcos que me constituem, que me formam, que fazem com que eu seja quem sou... (LOPRETTI 2007, p. 9)

Por acreditar que é necessário olhar para nossa própria história que iniciei a introdução desse trabalho, trazendo brevemente um relato da minha inserção no âmbito acadêmico, e o processo reflexivo e dialético da minha inserção na universidade, no meu período de (trans) formação.

Além disso, compreendi que as minhas reflexões acerca das minhas experiências em torno do meu TCC e para o meu TCC servirão de subsídio para situações futuras que irei vivenciar como pedagoga, e compreendi ainda, que sendo os saberes construídos nas relações e na troca de experiências, o meu TCC seria muito importante, já que através dele compartilho os conhecimentos construídos através da pesquisa e contribuo para a construção de saberes das outras pessoas. Um pouco da minha (trans) formação, ainda que implícita se encontra inscrita no meu trabalho.

Espero que ao compartilhar esse trabalho com o leitor e/ou a leitora, eu possa auxiliá-lo/a em seu processo de construção de conhecimento, de forma que além da reflexão proposta ele/ela possa repensar algumas verdades, certezas, que possa (assim como eu, convidada a enxergar novas perspectivas com o ingresso na Universidade) ser convidado/a a lançar um novo olhar sobre o assunto que proponho: “O processo de produção, construção (e desconstrução) de saberes e conhecimentos, também implica no questionar e repensar práticas e crenças” (LOPRETTI 2007, p. 69).

Findada as compreensões acerca do processo de escrita, e após elucidar que minhas vivências influenciaram minha pesquisa, volto-me a discussão proposta: a atuação masculina de professores e monitores na educação infantil, um tema que muito me apetece.

Esse tema me despertou o interesse, quando diante da pouca presença de homens, tanto no curso de pedagogia, como nos espaços de Educação Infantil, e ainda com os relatos de amigos universitários que encontravam preconceito e dificuldades para realizar o estágio obrigatório na Educação Infantil, além de outras falas e perspectivas a cerca de homens exercendo essas funções, que ouvia em espaços como creche, onde também trabalho, passei a problematizar esses fatos: Porque ainda se acredita que os homens não podem ocupar esses espaços, e quando mesmo assim eles entram neles, o que acontece?

Para realização deste trabalho, inicio com o **capítulo um: O processo da pesquisa**, onde exponho o processo da pesquisa, quais os questionamentos que a nortearam, nos dados secundários em que se basearam, quais os seus objetivos, e o que ela propõe.

Em seguida no capítulo dois: **A educação de meninas pequenas e meninos pequenos, uma tarefa de... Mulheres?** Questiono se a educação das crianças pequenas é realmente uma tarefa das mulheres, relacionando essa crença com a ideia do amor materno e o instinto maternal inato das mulheres, e usando Badinter (1985), para fazer uma relação do amor materno e a educação das crianças e os costumes do século XVII.

No **capítulo três: Professora/Monitora na Educação Infantil, uma profissão feminina?** , faço um levantamento histórico da Educação Infantil em espaços como creche e pré-escolas, e relaciono a ideia de a educação das crianças pequenas estar ligada a tarefa feminina, com as concepções de educação, a divisão social e sexual do trabalho e os estereótipos de gênero. Faço um levantamento de todos os fatores que

relacionam à tarefa de educar as crianças pequenas as mulheres e comento sobre a inserção masculina no âmbito da Educação Infantil.

**O capítulo quatro: A atuação profissional masculina na Educação Infantil**, através da análise de relatos encontrados nos trabalhos de Sayão (2010), Silva (2014) e Tebet, Martins e Ritmeister (2013) se destina a expor como se dá a entrada dos homens em profissões que lidam com a educação infantil, especialmente os professores, quais e como as relações são construídas, com os pais e as mães, com a equipe de trabalho, com a gestão e com as crianças, além de uma pequena reflexão sobre a docência.

No **capítulo cinco: A importância do masculino na Educação Infantil**, elenco os motivos pelos quais é tão importante a entrada e a permanência dos homens nos espaços de Educação Infantil, e termino por fim com a conclusão sobre o assunto.

## **Capítulo 1**

### **O processo da pesquisa**

Logo quando entrei na universidade, era evidente a pouca presença masculina dentro do curso de pedagogia, porém a princípio talvez eu ainda não possuísse um olhar que possibilitasse a problematização desse fato. Principalmente porque existe a tendência à naturalização de que o cuidado e a educação das crianças seja papel das mulheres.

A problematização só veio depois, quando atuando profissionalmente em um espaço de educação infantil e ainda estudante, percebi ali também a ausência masculina, e muitas vezes, ouvi falas preconceituosas e temerosas, acerca da possibilidade (e da realidade) de homens trabalhando com crianças pequenas, falas como: “Não acredito que homens possam cuidar bem das crianças, não levam jeito, além disso, eles podem fazer mal as crianças, abusa-las” e essas falas me incomodaram muito, e ainda mais quando diante de alguns argumentos de apoio de minha parte em relação a professores e monitores homens, escutei outras falas como: “Você diz isso porque não tem filha na creche, se tivesse filha não ia querer que um homem cuidasse dela, eu não ia querer”.

A decisão sobre o assunto a ser escolhido como tema do TCC, culminou justamente através de um desabafo de um amigo estudante de pedagogia, que me relatou suas dificuldades em conseguir um estágio (obrigatório) na educação infantil, e dos

preconceitos sofridos por ser homem e estar em um espaço predominantemente feminino.

Tais situações me fizeram escolher discutir em meu TCC, essa naturalização da educação/cuidado das crianças pelas mulheres, e o que estava acontecendo quando os homens adentram profissionalmente nesses âmbitos predominantemente femininos, quais as relações que se estabelecem e o que se pode depreender a partir da entrada e permanência deles nos espaços de educação de crianças pequenas.

Com o tema do trabalho escolhido, me debrucei sobre os meus questionamentos para formular uma pergunta norteadora, que após algumas reflexões se definiu por: Porque ainda se acredita na educação das crianças pequenas como função das mulheres? O que acontece quando os homens se dispõem a realizar essa função?

Através dessas perguntas norteadoras, a pesquisa teve como finalidade, levantar discussões a cerca da concepção de atribuições que conferem o cuidado e a educação das crianças pequenas apenas a mulheres, porque seriam inerentes a elas, toma por objetivo ainda repensar essas atribuições de gênero na atuação profissional da educação infantil, e desse modo na própria sociedade, e as implicações da atuação masculina na mesma.

Decidido o tema, as perguntas norteadoras e os objetivos, dei início à busca por bibliografia sobre o assunto. A ideia inicial da pesquisa era de realizar entrevistas, porém através do contato com outros trabalhos que traziam relatos dessas experiências masculina nesses espaços e uma vez que o tempo destinado à realização da pesquisa do TCC não seria suficiente para a submissão do Comitê de Ética e coleta de dados primários, visto que a coleta só seria realizada a partir do retorno do Comitê, decidimos realizar um estudo de casos a partir de dados secundários. Estudo de casos: a abordagem metodológica de investigação que me permitiria debruçar sobre as situações coletados através de dados secundários, ou seja, dados que já haviam sido adquiridos através de outras pesquisas.

Para realizar a presente pesquisa, diante da tentativa em compreender porque a atuação masculina na educação infantil ainda é vista com desconfiança e temor, e como a relação do masculino com a educação de meninos e meninas pequenas se reflete na educação oferecida para eles/as, me baseei nos relatos colhidos por Sayão (2010), Silva (2014) e Tebet, Martins e Ritmeister (2013).

A fim de analisar os dados utilizei o método indutivo, em que segundo Gil (2008): “Nesse método, parte-se da observação de fato ou fenômenos cujas causas se

deseja conhecer. A seguir, procura-se compara-los com a finalidade de descobrir a relação existente entre eles.” (pg.10)

Além de me basear nos dados colhidos por estes autores, busquei alguns outros autores/as como Badinter (1985) e Donzeloti (2001) para situar historicamente os meus questionamentos, e também autores/as como Rosemberg (1984) e Paschoal e Machado (2009) para compreender historicamente os espaços de educação infantil.

## **Capítulo 2**

### **A educação de meninas e meninos pequenos: uma tarefa de... Mulheres?**

A educação das crianças pequenas ainda é vista frequentemente como uma tarefa feminina. Essa ideia provém, entre outros fatores, por acreditar-se que as mulheres possuem “biologicamente” características inatas para executá-la.

Acredita-se ainda que a função natural materna é essencialmente amar os seus filhos e filhas e mediante a esse amor cuidá-los, criá-los e educá-los, as mulheres naturalmente possuem atributos necessários para desempenhar esse papel e o amor materno juntamente a esses atributos esperados para a educação, são acionados automaticamente assim que se vê na condição de mãe e diante da expectativa de criar, cuidar e educar os filhos e filhas.

Sendo assim qualquer mulher que se depare com essa posição, mesmo que as crianças em questão não sejam seus filhos ou filhas, em espaços de educação infantil, como creches, por exemplo, se forem mulheres que estiverem cuidando-educando as crianças, elas estarão desempenhando sua incumbência natural: Segundo Fúlvia Rosemberg e Tina Amado (1992, p.71), nas “creches públicas atribui-se a uma pajem a [impossível] função do afeto como uma mãe a seu filho” (SILVA 2014, p. 83).

O amor materno e conseqüentemente o instinto para maternar, diante dessas perspectivas se apresenta indissociável da mulher-mãe, e a educação das crianças pequenas pelas mulheres se torna isenta de questionamentos:

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a

ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. (BADINTER 1985, p. 20).

Contudo o amor e o instinto materno não se tornam bons argumentos ou indicadores para que a educação das crianças pequenas por mulheres seja naturalizada, se considerarmos que segundo BADINTER (1985) o amor materno é construído nas relações, no tempo passado junto ao filho/a, e nos cuidados dispensados a ele, desde a sua mais tenra idade, e como podemos constatar até mesmo historicamente, essa relação permeada de cuidado e atenção necessária para a construção desse amor, nem sempre acontece, além disso, há de se considerar que o amor materno é um sentimento como os outros, desse modo ele está sujeito às pressões sociais e às expectativas de cada época, assim como também está ligado aos desejos pessoais das mulheres que possivelmente possam vir a senti-lo.

Outro ponto a se considerar é de que nem sempre o amor (e aqui se inclui o materno) foi valorizado socialmente, ou expressado da maneira como hoje se espera, desse modo nem sempre as mães amaram, cuidaram, criaram e educaram seus filhos/as. Havia outras expectativas sociais em torno da educação das crianças, bem como havia também outras visões em torno da maternidade, além de outras concepções a cerca da infância. Além disso, mesmo que biologicamente as mulheres tenham a potencialidade de serem mães, nem todas almejam isto.

Para compreender, a associação da educação como tarefa da mãe-mulher, e a sua relação com a perspectiva do amor materno, convido o/a leitor/a a lançar um breve olhar sobre o passado e uma das suas configurações sociais, que nos permitiram observar os papéis desempenhados na família, e perceber as diferentes concepções dos sujeitos que a integram e como a relação entre eles nos esclarecem o equívoco em usar o amor e o instinto materno como critério para considerar a educação de crianças pequenas uma tarefa feminina, além disso, tomar conhecimento dos fatores que estimaram e ascenderam o amor materno a uma valorização social.

Pensando historicamente na família BADINTER (1985) afirma que “Por mais longe que remontemos na história da família ocidental, deparamos com o poder paterno que acompanha sempre a autoridade marital.” (p. 28) então nessa perspectiva, a autora ainda aponta que:

[...] em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da

mãe e dos filhos. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. (BADINTER 1985, p. 26)

A sociedade nesse caso era totalmente marital e patriarcal, justificada pelos discursos de Aristóteles, além dos discursos teológicos e políticos, que exaltava o homem-pai como a autoridade que detinha o poder, o senhor por essência, semelhante ao divino, racional, que comanda por natureza, enquanto a mãe, como mulher assumia um papel secundário, e não somente, as mulheres eram consideradas malignas e fonte de pecados, tomadas por demônios, porcas, coisas vis, criaturas inacabadas, imperfeitas, invalidas, cuja opinião não deveria ser considerada, deveria se recolher ao silêncio e a obediência ao seu marido, que podia livremente açoita-la, “seu único mérito é ser um bom ventre” (BADINTER 1985, p. 32).

Nesse segmento, a criança não se diferenciava muito da mulher, sua mãe, e segundo Badinter (1985) havia duas concepções dela antes do século XVII: a de que a criança era amedrontadora, um símbolo do mal, um ser imperfeito, as crianças eram seres malignos que deviam ser corrigidos (violentamente), dessa forma não cabia tratá-los com amor, nessa concepção ainda a criança é vista como um animal, sem razão, cheia de pecado, a infância é um mal. Já em sua outra concepção, a criança é vista como algo insignificante, um estorvo, a criança é um fardo, no máximo um brinquedo nas mãos dos adultos, maquinas.

Nessa configuração, o sentimento que regia as famílias, não era o amor, e sim o medo, diante da menor desobediência em relação ao pai ou ao seu substituto, a punição era o açoite, tanto em relação ao filho, como em relação à mãe-esposa-mulher. A obediência era virtude, o poder paterno deveria ser mantido, a autoridade patriarcal e marital devia ser respeitada e sobre ela repousava todo o princípio da sociedade:

De tudo isso, atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas mesmo uma dupla conotação negativa. De um lado, nossos antepassados tinham uma aguda consciência da contingência do amor e se recusavam a construir qualquer coisa sobre uma base tão frágil. Por outro lado, associavam o amor mais à ideia da passividade(perda da razão), de enfraquecimento e efemeridade do

que à ideia, mais atual, de compreensão do outro. ( BADINTER 1985, p. 51)

Após constatar esses fatos, podemos ainda nos atentar para um fenômeno que se generalizou na burguesia urbana da França do século XVII, e se expandiu e estendeu a todas as classes no século seguinte: a recusa do aleitamento e o envio dos filhos e filhas para que as amas de leite o amamentassem: “Quando as crianças de berço, não eram vistas nas habitações parisienses, pois eram todas entregues as amas.” (ARIÉS, p. 227, 1981).

Como nos revela Badinter (1985), a amamentação passou a ser vista como indigna inconveniente, um fardo a qual as mães não queriam mais se sujeitar, alegando que além de ser fisicamente má para elas, deformava-lhe os seios e lhes tirava a beleza. A criança pequena era um incômodo: acabava com os prazeres do pai e da mãe, em alguns casos os pais não podiam de fato criar os filhos e filhas, entretanto geralmente não queriam, havia uma indiferença em relação à criança.

A nobreza contratava amas para ficarem sob seus tetos, contudo a maioria contava apenas com amas distantes, em condições deploráveis, que não conseguiam subsidiar nem a elas mesmas.

O fator econômico e as convenções sociais, é claro, influía grandemente para o comportamento das mães, entre as camponesas não era comum que se deixasse os filhos e filhas para serem criados pelas ama de leite, por exemplo, entretanto a uma grande parte delas não se poderia atribuir outra justificativa pelas suas atitudes, além do desprezo pelos filhos e filhas, principalmente quando não havia represália ou consequências negativas diante desse comportamento:

[...] o pouco interesse que esses cronistas demonstraram pelas mães amantes, ou dedicadas, tende a provar que esse amor não tinha então um valor social e moral. Isso mostra que sobre essas mulheres privilegiadas não pesavam nem ameaças, nem culpabilidade de nenhum tipo. BADINTER (1985, p. 87).

O desinteresse pelas crianças era tão grande que elas não eram só levadas pelas amas que as criavam até aproximadamente os quatro anos de idade, quando finalmente, se sobrevivessem, voltavam para casa como estranhos, as crianças também eram abandonadas em grande número em hospícios para menores. (BADINTER, 1985; DONZELOT, 2001).

O índice de mortalidade infantil mediante as condições precárias que as amas de leite geralmente ofereciam as crianças era gigantesco, contudo a morte dos/as filhos/as não afetava os pais nem as mães, que não se davam ao trabalho de comparecer ao funeral dos mesmos, levantou-se a possibilidade de que as mortes eram tão frequentes, que as mães preferiam não se apegar aos filhos/as, devido a sua perda eminente, contudo BADINTER (1985) pondera que: “Assim, seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.” (p. 87).

No século XVII, a concepção da criança começa a mudar, algumas críticas começaram a surgir em torno dos costumes educativos: “visando três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, a da criação dos filhos por amas de leite, a da educação “artificial” das crianças ricas.” (DONZELOT 2001, p.18).

Deu-se início a uma propensão a conservação das crianças, os hospícios de menores passaram a ser condenados, pois segundo DONZELOT (2001), noventa por cento das crianças desse hospício, morriam antes se tornarem úteis ao Estado, além disso, a educação das crianças, principalmente as da nobreza pelas amas de leite, não estava sendo adequada:

Conservar as crianças significará por fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições e educação que, por outro lado possam fazer frente à nocividade de seus efeitos, sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizes voltem a educá-los. (DONZELOT 2001, p. 21).

Os médicos, que antes não demonstravam interesse algum nas mulheres e nas crianças, passaram a produzir literatura sobre a conservação principalmente das crianças burguesas. Observa-se uma mudança na concepção de infância, e podemos perceber uma preocupação do Estado em tomar medidas, entre outras, para que diminuíssem a incidência da mortalidade infantil.

Contudo sobre essas mudanças:

Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da

medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sobre vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar sob a etiqueta de “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com o mínimo de gastos públicos, em suma o que se convencionou chamar de filantropia. (DONZELOT 2001, p. 22).

As mães foram incentivadas a voltarem a desempenhar seus papéis maternos, a amamentarem, a amarem e cuidarem de seus filhos e filhas, muitos discursos a favor da vocação materna surgiram para convencerem as mães ao regresso a seu papel “natural”.

Um dos fatores que levaram as mães a reconsiderar a voltarem a exercer o instinto materno foi aliança entre as mães-burguesas e os médicos, a partir do momento em que as falhas em relação à educação das crianças, e as próprias crianças, começam a ser notadas, segundo Donzelot (2001): Os médicos através dessa aliança conseguiam derrubar a medicina popular das “comadres”, e as mulheres ganham importância na esfera doméstica, por suas funções maternas, importância que abala a autoridade paterna:

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX. (DONZELOT 2001, p. 25).

Através desses relatos, podemos observar que nem sempre o amor materno esteve presente, ou foi valorizado, talvez aconteça à relutância na percepção da ausência do amor materno ou em que se percebe a predileção em amar mais um filho/a do que o outro, ou ama-lo mais em decorrência de seu gênero, ou por ser o primogênito ou o mais novo, e a necessidade de justificar essas ausências e preferências, podem ser atribuídos aos pensamentos assustadores suscitados em nós mesmos que nos fazem questionar e considerar a incerteza da totalidade do amor de nossas próprias mães por nós.

Embora possamos questionar a relação entre a educação-criação das crianças e a relação com o instinto materno inerente as mulheres e desse modo à justificativa para que ela seja sempre executada pelas mulheres, já que:

Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não

existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É "adicional". (BADINTER 1985, p. 366).

Não podemos negar, contudo que a educação-criação das crianças, mesmo que não por suas mães, acontece e aconteceu majoritariamente através das mulheres e diante das situações analisadas por essa pesquisa, é possível perceber que há ainda uma grande e importante luta, principalmente por parte das feministas, luta em que se faz necessário desconstruir conceitos para superar as condições que nos sujeitam a sociedade patriarcal.

### **Capítulo 3**

## **Professora/Monitora na Educação Infantil - uma profissão feminina?**

Quando se cogita a educação das crianças pequenas uma tarefa feminina, isso se deve também pela concepção de educação atribuída a essas crianças e o que significa educa-las.

Pensando na Educação Infantil que acontece em espaços de creches e pré-escolas, devemos considerar como e em que condições esses espaços surgiram. Podemos nos atentar então que no Brasil, eles tiveram seu início, concebidos no âmbito privado e filantrópico com caráter meramente assistencialista que tomava por objetivo apenas “a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças” (PASCHOAL; MACHADO 2009, p. 81).

É possível observar através das colocações de Paschoal e Machado (2009) que o surgimento das creches, foi uma medida tomada sobre a influência, entre outros fatores, do alto índice de mortalidade infantil, desnutrição e acidente domésticos, que sofreu o Brasil:

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. (PASCHOAL E MACHADO, p. 83).

Notamos em decorrência disso que o Brasil tomou medidas para a proteção das crianças, semelhantes às medidas tomadas no século XVII em relação à conservação de menores, mencionadas no capítulo anterior. Através das colocações de Paschoal e Machado (2009), constatamos que as semelhanças se estendem inclusive em relação à medida que antecede o surgimento das creches, como por exemplo, a Roda dos expostos, que por mais de um século foi à única instituição de assistência as crianças abandonadas, sendo o Brasil um dos últimos países a acabar com ela em 1950.

Podemos pensar também, que a criação de creches e pré-escolas, decorreu principalmente da grande inserção da mulher no mercado de trabalho a partir da Revolução Industrial:

O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma de a família cuidar e educar seus filhos. (PASCHOAL E MACHADO 2009, p. 79).

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuiu para se gerasse uma luta para que os filhos/as tivessem um espaço para ficar enquanto trabalhavam. Segundo Rosemberg (1984) o Movimento Luta por creches, foi oficialmente criado em 1989, reunindo uma diversidade de grupos: feministas, mulheres ligadas ou não a igreja católica, grupos independentes e moradores que requisitavam creches para os seus bairros.

Aos poucos segundo Paschoal e Machado (2009), as instituições filantrópicas e com caráter privado que se incumbiam das crianças começaram a se apresentarem de outra forma: se tornaram um direito, e ganharam ainda um caráter compensatório, atribuindo o atendimento das creches a superação das condições precárias das crianças.

Não devemos esquecer a importância da luta das mulheres nesse contexto:

A história da creche está intrinsecamente ligada às modificações da posição das mulheres na sociedade e suas implicações no âmbito da família. Desde os anos 1970, o movimento feminista luta por creches. O movimento de mulheres foi responsável por colocar o direito à creche na Constituição de 1988, no capítulo dos direitos sociais. O artigo sete da Constituição afirma que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais terem assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os cinco anos em creches e pré-escola. (RIBEIRO, 2012, p. 2)

A creche se tornava pública e oferecia o seu atendimento para a camada da sociedade que não tinha acesso a um determinado nível de cultura, e até mesmo higiene e alimentação, a creche surgia como um meio de suprir essas necessidades e oferecer

um pé de igualdade a essas crianças pobres, fazendo o que antes faziam as instituições filantrópicas de caráter privado, e concedendo as instituições de caráter privado uma nova função:

Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil (PASCHOAL E MACHADO 2009, p. 84).

Analisando a diferenciação de atendimento nas instituições, para as camadas populares, e para as camadas mais ricas, observamos o mesmo pensamento que configurava as medidas de conservação que foram tomadas no século XVII em relação às crianças conforme aponta Donzelot (2001), que apresentavam também dois propósitos diferentes: para as crianças ricas receberem a educação adequada e para as crianças pobres não morrerem e se tornarem úteis ao Estado.

O surgimento das creches apresenta uma nova concepção, um novo espaço e um novo jeito de fazer a educação, podemos considerar que esse novo jeito não surge por acaso: as medidas tomadas e as ações que influem nas mudanças de concepções de infância, de criança, de mulher-mãe, de homem-pai, bem como as mudanças de configurações sociais, claramente são permeadas de interesse: do Estado, ou de outros grupos, beneficiados, geralmente com algum tipo de lucro mediante as ações tomadas:

O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

As concepções a cerca da estadia das crianças pequenas em espaços como creches e pré-escolas, sofreu transformações, mudou com o tempo, até ser pensada (tardiamente) de fato como um momento de Educação:

A partir da promulgação do Estatuto da criança e do Adolescente, o vocábulo “guarda” vai sendo substituído por cuidado e, mais tarde,

nos anos de 1990, o cuidar passa a ser associado com o educar. (SAYÃO 2005, p.156)

Nessa nova perspectiva de espaço de creche como espaço de educar, devemos considerar as colocações de Sayão (2005) acerca do binômio cuidado/educação, que é indissociável, e que considera a assistência como parte da educação, o cuidar como parte do educar.

Contudo, mesmo com essas mudanças de concepção, e o entendimento do binômio cuidado/educação, os/as profissionais que trabalham com as crianças pequenas, tendem a ter o caráter profissional de suas atribuições negado, as profissões que envolvem a educação dessas crianças continuam a ser vista como papel das mulheres, a creche ainda se posiciona como uma extensão do espaço familiar, o magistério e a “monitoria” das crianças pequenas, ainda são visto como uma extensão da mãe: “Estes aspectos são expressos nos vínculos da identidade da professora com parentes (tia, mãe) e no próprio atendimento às necessidades básicas da criança.” (VENTURINI E THOMASI, 2013, p. 8).

Mediante a pergunta recorrente aos profissionais da Educação Infantil: “Então, você gosta de criança?” podemos perceber que ela ilustra ainda como a concepção de educação/cuidado está ligada a afeição, o cuidado associado ao cuidar de, se importar com, gostar de (SAYÃO, 2010), e desse modo pode se justificar a propensão feminina a educação das crianças pequenas já que:

[...] a cultura compreende a masculinidade e a feminilidade em termos bipolares; assim, o trato com as emoções seria considerado terreno feminino, o que permite apreender melhor as dimensões de feminização da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As emoções e o cuidado infantil são tidos como femininos e, feminino é entendido como sinônimo de mulheres. (VENTURINI E THOMASI 2013, p. 33).

Percebemos então, como as características estereotipadas da docilidade da mulher e da agressividade do homem, influenciam para que se acredite na educação das crianças pequenas como função das mulheres, principalmente porque, a partir do binômio do cuidado/educação, Sayão (2010), e a importância do toque no desenvolvimento das crianças pequenas, através desses estereótipos pressupõe-se que por sua agressividade, o homem não conseguiria ser dócil no toque e no trato com as crianças, enquanto a docilidade atribuída as mulheres seria uma característica importante para lidar com as crianças.

Além das características agressivas do homem, que não são bem vindas, existe acredita-se ainda que o homem é perigoso para as crianças já que é um abusador em potencial, desse modo seria competência da mulher realizar as tarefas relacionadas ao corpo das crianças:

É nítida a ideia de que a sexualidade é algo pertencente ao mundo masculino e inexistente no feminino, na direção do que postula Williams (1995). O que “capacita” as mulheres a tocarem nos corpos das crianças e gera a desconfiança quanto ao abuso dos homens é que as primeiras controlariam sua sexualidade, enquanto os homens seriam incontroláveis. Mesmo nas mulheres e, pelas representações que emitiram, evidenciei a incorporação da crença de que os homens são sempre ativos sexualmente, pois são educados para esse fim, reproduzindo essas posturas no cotidiano da creche. (SAYÃO 2010, p. 32).

Além disso, ao pensarmos nos critérios que consideram as mulheres como profissionais ideais para trabalhar com as crianças pequenas na Educação Infantil, devemos também nos atentar para a divisão sexual do trabalho:

Pois, histórica e culturalmente, na sociedade, a mulher sempre esteve encarregada de educar e cuidar dos filhos. Segundo Carvalho (1999), com a entrada da mulher no mundo de trabalho associou-se a ela essa função, visto que já a exercia no lar. De certa forma a construção da imagem social do Professor da Educação Infantil teve origem na vinculação entre ensino escolar e família e entre mãe e professora [...] (VENTURINI; THOMASI 2013, p. 31).

Existe ainda segundo Sayão (2005), uma divisão de trabalho segundo o gênero: o feminino ligado a reprodução da vida, e o masculino ligado a produção do capital, desse modo o feminino é ligado a esferas de trabalho da reprodução e o masculino a esferas de trabalho de produção, ficando o feminino com trabalhos de menor prestígio, podemos pensar ainda a educação Infantil como um gueto ocupacional feminino:

Além da permanência dessa desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito aos rendimentos auferidos, ainda persistem os guetos ocupacionais como enfermeiras, secretárias, professoras primárias, caracterizando outra forma de discriminação, pois ocorre uma segregação das mulheres em ocupações de pouco prestígio e baixos níveis de remuneração. Além disso, existe um alto índice de ocupação feminina no setor de serviços, principalmente como empregadas domésticas. (NEVES, 2012, p. 13).

A partir das colocações compreendemos que o atendimento as crianças, sofreu mudanças ao longo do tempo: teve seu início privado, com o conceito de guarda, e logo em seguida se tornou um direito das mães trabalhadoras: considerando a luta das mulheres-mães para que esses espaços fossem criados, podemos entender que esse foi um grande fator para que esses espaços surgissem dessa forma se tornou um espaço que surgiu pela luta das mulheres e continuou sendo ocupado pelas mulheres, principalmente porque as mulheres sempre desempenharam essa função.

Depreendemos ainda que esse atendimento assumiu a ideia de compensação e subsidio as condições das crianças pobres as quais as mães precisavam trabalhar, se associando ainda a ideia de cuidado (higiene, alimentação) e a partir de todos esses fatores, podemos deferir que a Educação Infantil surgiu como uma extensão da maternidade, como um espaço para que as crianças pudessem primeiramente receber condições mínimas de alimentação, serem cuidadas para que não se machucassem, para que estivessem limpas, principalmente enquanto suas mães, ocupadas demais com a necessidade do trabalho, que muitas vezes custeava a sobrevivência, não pudessem exercer integralmente a outra função atribuída a elas: a materna.

A função de cuidar/educar essas crianças em espaços como a creche, que logo seriam compreendidos como Educação Infantil, apresentou-se como uma extensão do âmbito familiar, e desse modo teve dificuldades em ser vista como profissão, além disso, foram atribuída as mulheres, já que elas já desempenhavam essa função no lar, diante das suas características estereotipadas, como a docilidade e a paciência.

Podemos entender os fatores que atribuem as profissionais da educação infantil serem mulheres, como fatores interligados: primeiramente temos a ideia do amor materno, e do instinto maternal inerente, que confere as mulheres características consideradas importantes para a educação das crianças. Quando surgem os espaços de Educação Infantil, fruto da mudança da posição das mulheres na sociedade, e de suas lutas para que os seus filhos tivessem outros espaços pra serem educados, ainda persiste a ideia de que essa educação só será possível através das mulheres, porque esses espaços são tidos como extensores da maternidade, com características assistencialistas, restritas ao cuidado.

A partir da concepção de educação como extensão do lar, educação como assistência e cuidado, as características estereotipadas das mulheres correspondem à expectativa atribuída as funções de educação nesses espaços, porque a ela são atribuídas as funções de cuidar, dentro da esfera reprodutiva, enquanto as características

estereotipadas dos homens não são próprias para essas funções: além de socialmente representar o provedor, dentro da esfera produtiva, e não como aqueles que cuidam, os homens ainda são vistos como agressivos e abusadores em potencial.

Contudo, se refletirmos sobre esses fatores que configuram as posições sociais e as atribuições que conferem a mulher como ideais para a educação das crianças pequenas, podemos deferir que, primeiramente o fator do amor e instinto materno como requisito para a educação dessas crianças, ele não é inato e não pode ser critério, para considerar a função de educar feminina, além disso, perspectivas novas estão surgindo, o homem-pai, se apresenta cada vez mais presente na criação-educação das crianças:

Mas isso também é significativo de uma real mudança de mentalidade. Tal como a mãe, o pai sente-se hoje responsável pelo filho. Pensa, por sua vez, que lhe deve cuidados, amor e sacrifícios. E que, para ser bom pai, já não basta aparecer episodicamente no quarto do bebê, enquanto ainda não pode conversar com o homenzinho e levá-lo para passear e ver coisas interessantes. Sob a pressão das mulheres, o novo pai materna o filho à imagem e semelhança da mãe. Ele se insinua, como uma outra mãe, entre a mãe e o filho, o qual experimenta quase indistintamente um corpo a corpo tão íntimo com a mãe quanto com o pai. (BADINTER 1985, p. 364)

Entendendo que o pai esta cada vez mais presente e estamos diante de uma valorização social do amor paterno. Podemos tomar, por exemplo, essa mudança de concepção o blog do brasileiro Thiago Queiroz: “Paizinho, Vírgula”, voltado para a educação das crianças, e dos/as filhos/as, na perspectiva de um pai presente, que participa de todas as etapas da educação e criação.

Entretanto deve se ressaltar que, embora o amor paterno esteja sendo mais valorizado socialmente, o que indica que as configurações sociais, de cuidado e educação das crianças por parte das mães, sejam estendidas para os pais, não devemos reproduzir a ideia de que o amor materno ou paterno seja critério para educar as crianças, devemos salientar que em espaços de educação infantil, como demonstra Ávila (2003), o adulto que se relaciona com as crianças, seja ele Professor ou Monitor, devem ser profissionais.

Não há impedimento físico ou legal (apenas uma construção social) para que os homens cuidem e eduquem as crianças, e quando pensamos na concepção de educação infantil como espaço de cuidado, o que restringiria a atuação masculina, pelo fato do toque as crianças pequenas, e a ideia de abusador atribuída aos homens, devemos primeiramente repensar o que significa o cuidar e nos atentar para o binômio cuidar/educar que deve estar presentes na educação infantil, além disso, podemos

ressaltar que a ideia de impossibilidade de toque por parte dos homens nos cuidados com as crianças, reforça estereótipos:

Outra marca da docência masculina na educação infantil está ligada aos comportamentos sexuais- o homem “meio homem”- o gay e o medo da pedofilia. Neste contexto, os desvios são colocados como anormalidades que devem ser sanadas, ou seja, as crianças devem se manter distantes do selvagem, para não perderem a dimensão pura, ingênua e dócil do corpo infantil. Essa imagem do homem-selvagem carrega em si a história dos preconceitos e das dolorosas formas de constituir uma visão única sobre masculinidade. (SILVA 2014, p. 103.).

Esse reforço de estereotipo pode afastar os homens das funções de educar e cuidar das crianças pequenas e quando pensamos ainda na divisão sexual do trabalho, segundo Venturini e Thomasi (2013) existem ainda outras razões que mantém os homens afastados das profissões referentes à educação das crianças pequenas: os mitos acerca da masculinidade, a ocupação das funções principalmente por mulheres, e, além disso, mediante a possibilidade de exercer uma profissão com maiores salários e reconhecimentos, essas profissões não se tornam interessantes: possuem baixos salários e não concedem status.

Contudo, mesmo com essa falta de atratividade, e todos os fatores que poderiam afastar os homens dessas profissões, podemos perceber que contrariando tais expectativas eles estão aos poucos se inserindo nos espaços de Educação Infantil:

Mas, de todo modo torna-se importante destacar que, embora de maneira tímida, o percentual de professores do sexo masculino seja mínimo, ele é existente e tais perspectivas apontam para um cenário de mudanças que se estende à busca de uma identidade para o profissional desta modalidade de ensino. (VENTURINI e THOMASI 2013, p. 34).

E a partir dessa inserção dos homens nesses espaços, diante de todos os fatores que contrariam a sua permanência nele, é interessante observar as relações que estão se estabelecendo, e os efeitos decorrentes da atuação masculina na educação infantil.

## Capítulo 4

### A atuação profissional masculina na educação infantil

A partir dos relatos dos professores e da análise desses dados colhidos por Sayão (2010), Silva (2014) e Tebet, Martins e Ritmeistter (2013) podemos perceber primeiramente que a atuação na Educação Infantil, quase nunca é uma opção imediata, os professores entrevistados, alegam geralmente uma inserção ocasional nesses espaços, por conta das circunstâncias:

Williams (1995) salienta que homens que ingressaram em profissões tipicamente femininas não possuíam esta aspiração desde a infância ou, pelo menos, não relatavam que seu desejo era proveniente de aspirações infantis. Uma possível explicação fornecida pela pesquisadora é dada pelo fato das crianças vigiarem umas às outras quanto às opções de gênero.” (SAYÃO 2010, pg. 69).

Além disso, existe uma pressão para que os homens não assumam essa carreira, por parte da família, por parte das esposas que almejam e projetam outras profissões para eles, profissões reconhecidas e valorizadas, que não paguem um salário irrisório.

Mesmo diante dessa pressão e da ciência do salário atribuído ao cargo, os professores entrevistados, em sua maioria cogitam a docência como uma expectativa de ascensão social, considerando até mesmo que os salários em decorrência da carga horária, são atrativos, embora considerem a situação, entrem em conflito, e possuam seus receios, como podemos perceber através de um relato de um dos professores entrevistados:

“Então assim me dei super bem, de início eu fiquei com medo, achei meio arriscado, muito pequeninhos, e também pensei muito no que a comunidade iria pensar, porque todo mundo olha estranho, mas depois foi super bem, me dei super bem.” (Professor 2 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER, 2013)

Além da pressão provocada pelos familiares, conjugues e amigos, quando os homens que tentam se inserir profissionalmente no âmbito da Educação Infantil, encontram logo no principio muitos empecilhos, que começam antes mesmo que adentrem nesse ambiente: alguns concursos chegam a publicar em seus editais abertamente e indevidamente, especificações a cerca do gênero para os candidatos a exercerem as profissões relacionadas à Educação Infantil: que ele seja feminino. Como

por exemplo, o edital do concurso da cidade de Indaiatuba- SP, ou o edital do processo seletivo da cidade de Arroio dos Ratos- RS, ambos publicados em 2015.

O gênero se torna um critério para a contratação do magistério, no caso dos homens, para não contrata-los, ou para de fato contrata-los:

A gente gostou bastante de ti, acho que vai ser bom para o colégio ter uma experiência até porque tu és homem. Tu não tens cólica menstrual, tu não tens este problema de estar pegando a licença de gestação, não leva filho ao médico, ela falou para mim. Então para o colégio acho que vai ser produtivo. E também porque tu és uma pessoa legal. A gente vai querer investir em ti. (VALÉRIA, DIRETORA). (SAYÃO 2005, p. 88)

Através da fala da diretora, percebemos um reforçamento do machismo, mesmo quando os homens são contratados para funções consideradas femininas, não há um senso de igualdade, a contratação ainda é realizada pela ótica de gênero e pelos “benefícios” de se ter um profissional homem: não tem cólica, não tem licença maternidade, é mais “produtivo”.

Acompanhando a trajetória dos homens para ingressarem profissionalmente na educação infantil podemos perceber que mesmo quando, mesmo diante de todas as pressões e empecilhos contrários ao início deles como esses profissionais, eles conseguem adentrar nesses espaços, são recebidos com olhares de estranhamento, e postura de resistência quanto a sua permanência:

[...] estou num espaço que as pessoas veem de uma maneira que não seria para mim aquele espaço. Eu vi uma coisa muito forte por trás dos panos, é que homem na direção não vai dar certo, homem na educação infantil não dá certo. Eu escutei isso [...] (ÂNGELO, PROFESSOR). (SAYÃO 2005, p. 76).

A gestão se vê diante da situação de lidar com um “estranho” ao ambiente: “Quando me apresentei para a diretora e para a equipe o pessoal lá ficou doido. Disseram que não sabiam o que fazer com um homem na creche.” (Professor 1– dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER, 2013.). Além de não saber muito bem como conduzir a situação, tentam inclusive, até mesmo sabotar o trabalho do professor, como relata Sayão (2005) em uma dos relatos do professor em que a gestão, como forma de fazê-lo desistir, tentou coloca-lo com as turmas menores para fazer com que ele fosse humilhado ou não conseguisse realizar as tarefas que lhe cabia, e diante do bom desempenho do professor, tentou realoca-lo para uma turma mais velha, com problemas de indisciplina, e o vigiava constantemente: “[...] tudo o que é novo dá medo,

o quê é que eu vou fazer pra não me dar medo? Eu vou tentar espezinhar o máximo pra pessoa desistir [...] (ÍRIS, DIRETORA)”.

Situações semelhantes a essas, se passaram também com outros professores, há sempre a aposta na desistência desse profissional. Surgem até mesmo ameaças:

Ela disse que queria me pegar fumando e descalço dentro do berçário. Na época que eu trabalhava no berçário. Descalço ela ia me pegar porque eu ando descalço, mas fumando, eu nunca fumei. Ela queria me pegar fumando e descalço porque ela ia me colocar na rua. Para você ver como era a coisa. (ERNANI, PROFESSOR). (SAYÃO 2005, p.107).

Alguns professores ainda acreditam que a gestão possa incentivar o receio e os questionamentos dos pais e das mães quanto ao desempenho profissional do homem diante da função de professor de crianças pequenas:

Teve umas três mães que eram muito ligadas à diretora e que perguntaram como ficaria, por exemplo, se uma criança precisasse tomar um banho, alguma coisa, sendo uma menina. Como é que eu ia fazer? Eu disse: tem auxiliar. Se não tiver, eu vou dar um banho como se tivesse dando banho na minha filha ou na minha irmã. Até um pai perguntou: não é estranho? Estranho, é. Mas eu não posso fazer nada. Eu sou um profissional, eu não me formei em tarado sexual. Eu me formei em Pedagogia. Agora se o senhor está com medo, então leva sua filha para casa e eu vou continuar trabalhando porque não vai ser por causa do senhor que eu vou desistir. Mas isto foram aqueles detalhes que, na realidade, essas pessoas que vinham questionar, elas vinham em função da diretora, eram pessoas muito ligadas à diretora e ela queria me pressionar de tudo quanto era forma a desistir. (IVAN, PROFESSOR). (SAYÃO 2005, p. 129)

Outro tipo de atitude por conta da gestão é tentar realocar o professor para outros espaços, ou a despeito de não encontrar formas de tirar aquele “estranho” de um lugar da qual não faz parte, garantir que ele não realize funções que “não condizem a ele”, para não gerar “problemas”: atribuindo a ele uma turma mais velha e independente que não exija tanto o cuidado e o toque diretamente ou mesmo em uma turma com crianças pequenas, toda a parte do cuidado, é isenta a ele, e acaba sendo realizada por outras funcionárias que realizam o atendimento a essas crianças, criando até mesmo uma dinâmica, para que esse contato não aconteça. Alguns professores inclusive preferem ficar com as turmas de crianças mais velhas, para evitar problemas.

- Agora, nesse momento, dos maiores, até pelo fato de eles terem mais autonomia, porque eu de certa forma, não sei, a gente nem deve cair nessa discussão, eu tenho um pouco, sabe uma luta interna, questão de

gênero, porque eu sofro preconceito, eu sofro, e não é um preconceito explícito, mas está no olhar das pessoas, e isso independente, muitas vezes da direção, dos próprios companheiros, dos pais, da comunidade.

- Pra você ganhar, até você ganhar a confiança, ganhar a segurança.

- Exatamente, então é uma luta interna e aí eu vivo um conflito com relação a isso.

- E aí acaba gerando um desgaste, não é?

- Gera.” (Professor 1 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER,2013.)

Nesse caso persiste uma “hierarquização” do trabalho realizado com as crianças, em que o homem não pode “fazer o trabalho sujo”:

Tais situações inibem a própria discussão sobre os papéis atribuídos às professoras e aos professores, já que prestaram o mesmo concurso público para exercerem a mesma função, sem nenhum privilégio. Além disso, é constituído por um viés que propaga as desigualdades de gênero. (SILVA 2014, p.82)

Embora a maioria dos professores não tenha uma boa recepção, algumas gestões conseguem conduzir bem a situação, fazendo inclusive uma boa apresentação aos pais e mães, aos outros/as funcionários/as, que nem sempre, também, recebem mal os professores.

Por outro lado, antes mesmo que os homens comecem a exercer a função, já são realizados abaixo assinados para que isso não aconteça, como por exemplo, o caso que foi descrito na reportagem de YAMADA (2015) para a Folha de São Paulo: à revolta das mães em Ribeirão Preto, que ao saberem que os filhos seriam atendidos por profissionais masculinos na educação infantil, chegaram a procurar a Defensoria Pública, ao que foi tomada medida do secretário: “[...] para evitar confusão e mais polêmica, o secretário afirmo que nenhum deles irá trocar a fralda de nenhuma criança. “Há outras 21 atribuições que eles podem ter como dar mamadeira e limpar o berço.”(YAMADA, 2015). O que podemos perceber nesse caso, além do preconceito e concepção errônea de que os homens não poderiam exercer as funções ditas femininas de cuidado e contato com o corpo das crianças, a medida tomada pelo secretário que apenas reforça essa concepção, e atribui aos homens outras funções, a título de “evitar confusões”.

Existem muitas expectativas negativas mediante a atuação masculina na Educação Infantil: espera-se primeiramente que os homens não ocupem esse espaço, espera-se em seguida que eles desistam, se não desistem, espera-se que ele não consiga realizar o trabalho proposto, contudo todos os relatos dos homens que se propuseram a

realizar o trabalho integralmente, inclusive cuidando da higiene das crianças, surpreenderam e conseguiram provar que podem sim desempenhar as funções inclusive de cuidado:

Ele era muito novo, ele era um menino. Imagina, ele era super novinho. Tinha funcionária que dizia que ele era filho. Na primeira semana ele foi bem observado, mesmo. De corpo e alma e em todos os sentidos. No sentido de professor, no sentido de que a gente mulher, por mais que diga que não faz essa coisa de controlar, mas a gente controla. E ele se saiu super bem. Deixou todo mundo de boqueira, deu um olé em todo mundo... Até mesmo quando foi para o berçário. (SÍLVIA, AUXILIAR DE SALA). (SAYÃO p. 105).

Segundo SILVA (2014) o homem precisa passar por dois estágios de aprovação quando ocupa esses espaços, primeiro precisa provar que dá conta do recado e em seguida, precisa provar que não é um abusador em potencial. Contudo, o homem está sempre sendo vigiado ao desempenhar essas funções, como relata um dos professores entrevistados:

A gente é testado a todo o momento. Elas vão indo, vão indo, vão te investigando e vão te testando para ver se tu tens conhecimento daquilo que tu falas, para ver se você tem o pé no chão, para ter clareza do objetivo daquilo que você coloca. Só depois delas serem vencidas dessa maneira é que elas acabam concordando com alguma coisa que se coloca. Principalmente quando se refere a uma mudança. (ÂNGELO, PROFESSOR). (SAYÃO 2010, p. 76)

Diante do receio dos/as funcionários/as e inclusive dos pais e mães quanto a sua atuação, os professores optam por realizar um trabalho que conte com a participação da família como forma de mostrar o que acontece, como é que acontece, e conquistar a confiança dessas pessoas. O envolvimento dos pais e mães e a aliança com eles é uma das formas de conseguir aprovação: “As mães fizeram até abaixo-assinado para me tirar da unidade. Ao saber disso convidei as mães para acompanhar a minha rotina com as crianças e algumas participaram. Só assim conquistei a confiança delas.” (Professor 2 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER, 2013).

Quando iniciam seu trabalho na educação infantil, os professores vão adquirindo outras percepções acerca do trabalho com essas crianças, em grande parte dos relatos, esses professores criticam a postura das professoras, definindo-as até mesmo como postura de “mãezonas”, que até mesmo limitam o desenvolvimento das crianças:

O trabalho que elas desenvolviam era de um tipo muito (pausa), muito simplório, umas poucas coisinhas agradáveis, oferecidas para as crianças, sempre as mesmas, então aquele negócio da mesmice, não? Musiquinhas, poucos brinquedos em grupo, muita rotina, aquilo que eu, poucos anos depois, comecei a escrever sobre o meu trabalho, eu

chamava(pausa) **polemicamente de leite açucarado** (Entrevista com o professor Danilo, 13 mar 2014) (SILVA 2014, p. 93)

Podemos perceber através da fala desse professor, uma desqualificação do trabalho das profissionais do sexo feminino, persiste ainda uma hierarquização do trabalho, e persiste a ideia de que em qualquer função o trabalho masculino será mais bem sucedido do que o feminino.

Com concepções muitas vezes diferentes sobre a educação, os homens tendem a desenvolver trabalhos diferentes com as crianças: independentes do gênero são capazes de realizar um bom trabalho, ou não, e o realizam como forma de aprovação:

No começo foi espontâneo. Aquela coisa de ser o homem, de ser o diferente e fazer diferente das professoras. Eu queria ser o diferente, mesmo. Isso eu tinha claro. Eu não queria ser aquele professor no C.M. que só atendia os materiais, lanche e vinha para a sala, aquela coisa bem normal e que todo mundo fazia. Eu queria fazer artes, mas eu nunca tinha trabalhado com crianças e tudo era meio maluco. No começo eu fui fazendo para aparecer, para chamar a atenção, mesmo, para mostrar: olha, eu sou homem, estou aqui e estou fazendo diferente e sou tão capaz quanto as professoras. Eu queria isso no começo, provar que o homem poderia estar fazendo isso. No começo foi uma coisa inconsciente, mas depois quando eu comecei a perceber que isso estava me segurando na escola porque estava me dando uma segurança eu comecei a pensar e passou a ser mais intencional. (JÚNIOR, PROFESSOR). O desejo de ser “diferente” levou-o a produzir estratégias (SAYÃO 2005, p. 96).

Esse trabalho “diferente” realizado pelos professores homens, geralmente não são bem recebidos pelas professoras mulheres, às concepções diferentes a cerca da educação, assustam e geram divergências: “Quando perguntei para a professora por que o professor e suas ideias incomodavam o grupo, segundo suas próprias palavras, ela respondeu: [...] Porque é o novo, é o diferente. Então, nós não queremos. O novo dá medo, gera insegurança [...]” (ANETE, PROFESSORA). (SAYÃO 2005, p. 74)

Em grande parte dos relatos coletados por SAYÃO (2005) as professoras sentem-se afrontadas, e acusam os professores de “querer se aparecer”: As relações que se dão nesse espaço de Educação Infantil mediante as concepções de educação que divergem entre os gêneros femininos e masculinos, tendem a gerar um sentimento de inferioridade por conta da mulher: as práticas de creche, até então realizada por ela, passando de profissional para profissional, e se consolidando, estão sendo questionadas, ridicularizadas, e desconstruídas por outro olhar, o olhar de um estranho, que não possui as atribuições creditadas necessárias para assumir aquela função. Os saberes lhes

conferiam um pequeno poder, e esse poder está em jogo, ainda mais quando segundo SAYÃO (2005) mesmo quando realizam tarefas iguais as mulheres são consideradas com menores qualificações:

Quando começa a se mostrar que as características ditas femininas não são essenciais para a realização do trabalho, é claro que isso incomoda as mulheres, A masculinidade está geralmente associada à competência no trabalho e à superioridade hierárquica de homens que dominam a imensa maioria das profissões. (SAYÃO 2005, p. 98).

Quando os homens usam de sua formação e conhecimento para defenderem sua prática, e fazem uma aliança com os pais e mães para afirmarem o seu trabalho, pode ser compreendido como uma ameaça, e de acordo com os relatos, diante do medo que os homens lhes tomem um espaço, as mulheres tendem a reproduzir a divisão sexual do trabalho: “As colegas colocaram assim para mim: isso é trabalho de mulher. É mulher que faz esse trabalho. Então eu falei: agora tem um homem.” (ÂNGELO, PROFESSOR). (SAYÃO 2005, p. 76).

O que podemos perceber diante de todas essas colocações é uma disputa de espaço, por parte dos homens e por parte das mulheres, uma disputa onde usam subterfúgios que encontram para conquistar um espaço ou defender um espaço conquistado.

O que podemos depreender que comumente em espaços de educação infantil, independente do gênero, propostas educacionais diferentes das tradicionais tendem a ser rechaçadas, e como os profissionais homens, geralmente como forma de se afirmarem, tendem a buscar propostas diferentes, acabam sendo marginalizados por isto:

Outras visões de educação, em contrapartida das professoras tradicionais, professores por esse motivo também, acabam marginalizados:

- Entendi, então, uma angústia, além desse conflito é essa questão de se sentir marginalizado na escola por conta do meu estilo de trabalho, eu, por exemplo, eu sei que é importante, eu considero importante, eu não dou tanto valor pra trabalho manual, sei que é importante se estimular a coordenação etc., mas eu procuro trabalhar outros conteúdos, outros valores. (Professor 1 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER, 2013.)

Diante dessa marginalização dos professores, podemos compreender que perante a ameaça que eles representam, as professoras tendem a silencia-los, ou em posição de sua minoria como homem, tende a se sentir intimidado, na maioria dos relatos coletados

por Sayão (2005) e também por Tebet, Martins e Rittmeister (2013) os professores pouco interagiam nos espaços destinados a socialização, como os htpc's, eram espaços em que não se manifestavam:

Ao ouvir esse depoimento lembrei-me de Saffioti (2000) e daquilo que ela designa como “síndrome do pequeno poder” presente nas ações das mulheres que o professor descreve acima. O fato de as mulheres comporem a maioria do grupo supondo que “dominavam” o campo levava-as a acreditarem que isso lhes conferia determinados poderes. Talvez seja possível pensar aqui em uma relativização do masculino e do feminino, pois, conscientes de seu pouco poder, essas mulheres tratavam de silenciar aquele que seria o único representante masculino naquele grupo e faziam-no de maneira rude e violenta – semelhante às representações do masculino.” (SAYÃO 2005, p. 86).

Apesar da trajetória masculina na Educação Infantil, permeada por desafios constantes, os homens reconhecem a importância da função que desempenham, e mesmo diante das dificuldades encontradas, e das desistências em alguns casos, nos relatos de Sayão (2005), Silva (2014) e Tebet, Martins e Rittmeister (2013), os professores sentem prazer em suas funções, e não pensam em desistir delas:

Interessante ainda ressaltar o quanto é equivocado conferir as pessoas, e aos profissionais, características referentes ao gênero, defini-los através de características estereotipadas atribuídas pelo seu gênero, até mesmo quando pensando na atuação profissional masculina na Educação Infantil, cada profissional diante dos relatos, mostrou uma maneira de agir, de conceber a educação, com muitas semelhanças entre elas, mais também com muitas discrepâncias: nos relatos coletados por Sayão (2005), podemos perceber, por exemplo, tipos diferentes de organização: enquanto um professor deixava o material ao alcance das crianças, o outro prezava pela organização deles, enquanto um professor demonstrava uma postura de “paternagem”, outro professor acreditava que uma boa Educação consistia na rigidez que deveria ser imposta no trato das crianças, enquanto um professor prezava por ouvir as crianças e compreender o que elas precisavam, enquanto outro professor não lhes dava ouvidos:

Rosa: É. Eu fui dando uns toques assim para ele, porque as crianças falavam com ele e ele não dava muita bola. Deixava passar. Até que um dia o B. disse para ele: Júnior olha aqui o brinquedo que a minha mãe mandou. Ele falou umas cinco vezes e ele nada. Tá, tá. Eu falei: Júnior ele está te mostrando o brinquedo que a mãe dele deu pra ele. Ele deu uma bronca em mim: Ó! Rosa não estás vendo como tu és chata, não estás vendo que eu estou ocupado. Eu disse: Ele está te mostrando! (SAYÃO, p. 99 2005)

Diante disso o que podemos perceber é que existem professores e professoras, com olhares diferentes, abordagens diferentes, trabalhos e perspectivas diferentes, independente do gênero. As relações em espaços de educação infantil, já são complexas e cheias de conflitos, de olhares, e conferirmos aos homens ou as mulheres apenas uma condição, uma possibilidade é um grande equívoco, diante das múltiplas docências inerentes ao gênero:

Nessa perspectiva, a ideia do cuidar/educar como um papel das mulheres, como tem sido considerado historicamente, passa a ser revista. Assim como as mulheres, os homens aprendem a cuidar (SAYÃO 2005). Percebemos que homens diferentes cuidam de formas diferentes e mulheres diferentes cuidam de formas diversas, e isso nos leva a crer que não há jeito universal masculino ou feminino de maternar ou cuidar. (FARIA 2011, p. 66)

A presença masculina nesses espaços e o que ela significa deve ser discutida sim: o quanto ela reflete os preconceitos acerca do gênero, e as concepções de educação que reforçam uma hierarquização dele que precisa ser repensada, o trabalho entre professoras e professores deveria ser uma parceria, não uma disputa.

## **Capítulo 5**

### **Reflexos do masculino na Educação Infantil**

Com todas as colocações acerca da atuação masculina na Educação Infantil, todos os embates das relações que ela provoca, podemos pensar que as decorrências da presença masculina na educação infantil são muito importantes, para o surgimento dos questionamentos a cerca do gênero nesses espaços. Podemos pensar ainda em: “[...] como a docência masculina na educação infantil altera e/ou reforça as redes de poder marcadas pelo machismo e sexismo, as quais determinam uma hierarquia entre os sexos e as relações de gênero.” (SILVA, p. 7, 2014).

Entendemos como a atuação masculina na Educação Infantil pode ser interpretada e compreendida e justificada de várias formas, inclusive em formas que reforçam os estereótipos e o machismo:

Desse modo, outros discursos foram construídos para justificar a entrada de docentes do sexo masculino nos ambientes de educação infantil, como: a busca de valorização da carreira docente, como justificativa de ter homens nos cuidados das crianças pequenas (Jytte Juul Jensen, 1993); o papel do docente do sexo masculino para

disciplinar “grupos denominados mais indisciplinados” (Sayão, 2005, p.256). Tais pressupostos só reforçam o machismo na construção da docência nos espaços da creche e pré-escola. (SILVA 2014, p. 187).

É possível pensar ainda em como a ocupação do homem nesses espaços é importante na luta para que o gênero não defina as atribuições profissionais e as funções sociais: “[...] ratificando o essencialismo incorporado na crença de que o sexo define as funções da vida em sociedade” (SAYÃO 2005, p. 71).

Acreditar que apenas as mulheres estão aptas a exercerem as profissões relacionadas à Educação Infantil, ou que apenas as mulheres estão aptas a educar, nesses espaços, ou mesmo no âmbito da família, é o tipo de pensamento que escancara os preconceitos e a desigualdade em relação ao gênero que permeia a sociedade, e o quanto isso ainda precisa ser discutido e problematizado.

Considerando que segundo SILVA (2014) os espaços de educação reproduzem os modelos da sociedade, inclusive a desigualdade gênero, sexo e raça, podemos considerar a importância do masculino no espaço de Educação Infantil (embora sua presença não signifique uma educação igualitária e por vezes possa reforçar a hierarquização de gênero) para dar visibilidade e fomentar a discussão em torno desse assunto e proporcionar uma educação mais igualitária:

A discussão das questões de gênero na educação infantil se traduz na possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade e que favoreça, desde as primeiras relações, a constituição de pessoas sem práticas sexistas. Demandam a incorporação de práticas educativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, a meta de igualdade de gênero. Porque o sexismo afeta o crescimento de meninos e meninas, inibindo muitas manifestações na infância e impedindo que se tornem seres completos. (FARIA 2011, p. 63)

O masculino nesse espaço de educação é importante ainda para os questionamentos que são suscitados através dos olhares que esses homens vão lançar sobre essa educação, para que através dessas reflexões se repense a visão atribuída ao profissional de Educação Infantil, e para que esses profissionais possam se afirmar realmente como tais, e para que essas pessoas que exerçam essa profissão sejam valorizadas pelo seu importantíssimo trabalho: não digo isso como forma de afirmar que, já que os homens trabalham nesses espaços, então se pode pensar em valorizá-lo, e considerar essas profissões de fato profissões, mas para que se repensem as práticas de “leite açucarado”, que se pense como está se dando de fato a educação nos espaços de

educação, que não haja uma hierarquização de importância e eficiência do trabalho ainda mais quando pautada pelo gênero, e que o resultado deste trabalho não sirva principalmente para alimentar uma disputa, mas que tenha o propósito de contemplar as necessidades do desenvolvimento das crianças, que o trabalho desenvolvido, seja pensado conjunto, que essa educação seja coerente, direcionada, e além disso que se repense a ideia do profissional da educação infantil como uma extensão da mãe:

- Não, não todos. Teve um curso quando eu entrei aqui na rede de São Carlos, um curso oferecido pela prefeitura, eu não gostei e acho que não contribuiu em nada, porque primeiro se colocou uma terapeuta ocupacional pra falar sobre educação infantil, eu já tenho as minhas críticas com relação a isso, além disso, o tratamento da palestrante com os professores foi um tratamento desrespeitoso na medida em que ela tratou os professores de forma infantil, acho que é comum, a maioria faz isso, porque ela está trabalhando com educação infantil de forma infantilizada, você trabalha com criança, logo..., mas se esquece, às vezes, ou não tem esse conhecimento, de que eu sou um profissional como qualquer outro. (Professor 1 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMEISTER, 2013.).

A presença masculina nesses espaços pode suscitar ainda uma troca de olhares sobre as ações pedagógicas, o embate de ideias é importante, é um propulsor para gerar um enriquecimento do trabalho desenvolvido, para gerar reflexões que possam valorizar e proporcionar uma educação de qualidade para as crianças:

**Déborah:** O trabalho que ele passou a realizar modificou de alguma maneira tua forma de ver a Educação Infantil?

**Anete:** Sim, essa abertura, esse contato direto com os pais, essa abertura da creche para os pais. Isso para mim foi nota dez. Eu admiro muito esse desprendimento dele, do pai estar junto, dessa valorização que todas as crianças que estão com os pais, eles se sentem valorizados. Eu percebi que o grupo mudou e um dos fatores foi esse. Foi essa abertura do Ângelo, da sala para os pais. Não só para os pais, para os demais, para todos. Ele abriu as portas. Eu achei que isso me fez repensar a minha prática, me fez repensar muitas coisas quanto à minha prática. Eu achei que isso valeu e me ajudou. (SAYÃO 2005, p. 81.)

Em relação à atuação masculina na Educação Infantil, podemos perceber que os homens que atuam nesse espaço, compreendem a importância desse fato, a importância da relação de afeto com os meninos e meninas, a importância de ser reconhecido, homem ou mulher, como profissional, faço das expectativas desse relato as minhas:

As minhas expectativas, eu tenho uma grande expectativa de que futuramente seja uma profissão disputada por homens também, que outros homens entrem nesse mercado de trabalho e a gente não pode esquecer que tem que ser profissional também, que nessa faixa etária há uma troca de afeto, há uma relação de afeto, a criança ela se desenvolve com essa relação afetuosa entre educador e aluno, mas tem que ser profissional, é profissional, se eu estou lá trabalhando, se eu estou lá concursado, eu estou lá fazendo o meu serviço, então eles têm que começar a enxergar como um campo profissional, então eu acho que mais respeito tem que ter com o professor de educação infantil, não só do sexo masculino, mas eu acho que como um todo, eu acho que tem que ter um respeito maior, a educação infantil tem que conquistar esse respeito, a gente está caminhando pra isso, devagar, mas eu espero que um dia chegue nesse nível. (Professor 2 – dados de pesquisa realizada por TEBET, MARTINS E RITTMMEISTER,2013.).

## Considerações Finais

Quando me debrucei sobre esse assunto, e comecei a pesquisá-lo e a estudá-lo, comecei a perceber que as questões se estendem para além da aceitação da figura masculina em espaços de educação infantil, essa negação do masculino nesse espaço, representa e ilustra muitos comportamentos e pensamentos que ainda regem a nossa sociedade e continuam a refletir nela.

Como pedagoga em formação, tenho a consciência de todas as pesquisas em torno da Educação das crianças, embora poucas delas voltadas para o gênero. Apesar de tanto conhecimento estudado e produzido, ainda reproduzimos concepções, preconceitos, e formas de educar que não promovem a igualdade.

Através desse trabalho, pude perceber que, a desvalorização não só da docência, a desvalorização do próprio curso de Pedagogia, visível através da pouca importância para as produções acadêmicas, muitas vezes não explícita, mais sentida, como disse um dos professores em seu relato, “através dos olhares”.

A hierarquização de importância dos cursos, dentro da própria Universidade: como um reflexo das concepções de educação e da educação de meninas e meninos pequenos e dos profissionais que atuam nessa área, como um reflexo da hierarquização de gênero: A ideia de educação assistencialista e de cuidado atribuídos as mulheres, pela concepção de educação como extensão da maternidade, coerente ao instinto natural

materno e desse modo não necessitando ou requerendo muitos estudos e pesquisas. Uma concepção que desconsidera a complexidade do desenvolvimento humano, a riqueza das relações das pessoas nesses espaços, os impactos sociais, humanos, históricos da educação, inclusive de meninas e meninos pequenos, infelizmente uma concepção que ainda persiste em existir.

Se pensarmos nas concepções de educação, mulher e criança do século XVII é possível perceber ainda o quanto essas concepções são reproduzidas em pleno século XXI, algumas expectativas, de que as crianças possam “fazer um futuro melhor”, são questionáveis se pensarmos que continuamos a reproduzir a desigualdade (inclusive de gênero), com as crianças, em espaços de Educação, desde a sua mais tenra idade.

Através desse trabalho, assim como eu no início do curso de Pedagogia me propus a desconstruir minhas verdades, e lançar outros olhares sobre os assuntos, convido o leitor a fazer o mesmo: lançar outros olhares sobre a atuação profissional masculina na Educação Infantil, e as decorrências dela.

Acrescento que, eu mesma lancei outros olhares sobre essa atuação, e reconsiderarei inclusive o meu modo de conceber o trabalho pedagógico na Educação Infantil, o meu modo de enxergar o trabalho masculino, o meu modo de enxergar meninas e meninos pequenos, o meu modo de enxergar as relações nesses espaços e o que elas implicam, desfrutei da possibilidade de desconstruir preconceitos ao entrar em contato com os relatos dos professores e me tornar cúmplice de suas experiências e dificuldades, de suas lutas, e de nossas lutas por uma educação de qualidade. Desse modo ressalto a importância de aceitar e entender novos olhares, e de como a convivência entre os masculinos e os femininos, transformam perspectivas.

## Referências Bibliográficas

ARIÉS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

ARROIO DOS RATOS. Processo Seletivo no 022/2015: Edital no 15/2015. Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS, 2015. Disponível em: <<http://arroidosratos.rs.gov.br/category/concursos/>> Acessado em 15 de Setembro de 2015.

ÁVILA, Maria José Figueiredo. **A professora de creche: a docência e o gênero feminino na educação infantil**. Pro-Posições, Campinas-SP, vol. 14, nº 3 (42), p. 53-65, set./dez.,2003.

BADINTER, Élisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BONOMI, Adriano. **O Relacionamento entre Educadores e Pais**. IN: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 9ª edição, 1998. p.161-172.

CAMPOS, Maria Malta. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**. Trabalho apresentado no Encontro Técnico sobre Política de Formação dos Profissionais da Educação Infantil MEC/COEDI, IRHJP, Belo Horizonte, 25-27 de Abril de 1994.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método: parara bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências**. São Paulo: Martins, 2001.

DONZELOTTI, Jackques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2ª Ed., 1986.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Apresentação. In: VÁRIOS AUTORES/ GEPEDISC CULTURAS INFANTIS (orgs). **Culturas Infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa**. Campinas-SP: Autores Associadas, 2011, p. xii-xvii.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Novas Vegas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S/A 2008

INDAIATUBA. Edital de abertura para o concurso público de provas nº 01/2015, Prefeitura do Município de Indaiatuba, São Paulo. 2015 Disponível em: <<http://www.institutobrio.org.br/Concurso/Detail/172>> Acessado em 25 de Outubro de 2015

LOPRETTI, Tamara Abrão Pina. **A produção de saberes e conhecimentos no cotidiano escolar:** imagens de limites e possibilidades da ação educativa. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, 2007.

NEVES. Magda de Almeida **Trabalho Feminino, flexibilidade e Qualificação.** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.11-28, mai./ago.2012.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis, RJ:Voices, 1992.

ORIANI, Valéria Pall. **Direitos Humanos e Gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade FFC-Unesp Câmpus de Marília, 2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil:** avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009

PLATÃO, A **Republica:** [ou sobre a justiça, diálogo político]. São Paulo:Martins Fontes, 2006.

QUEIROZ, Thiago. **Paizinho, Vírgula!** Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UC\\_nsjAbH0GhCSDafFxIgVw/featured](https://www.youtube.com/channel/UC_nsjAbH0GhCSDafFxIgVw/featured)> Acessado em 12 de Outubro de 2015.

RIBEIRO, Jéssika Martins. **A luta por creches como instrumento de autonomia econômica para as mulheres.** Trabalho apresentado no IV Seminário e Gênero. Universidade Federal de Goiás- UFG, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche.** Texto apresentado na reunião da IPSA (International Political Science Association) realizada entre 15 e 20 de Outubro de 1984 em Sofia, na Bulgária.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. **A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis.** Psicologia da educação: revista do Programa de estudos pós-graduados em Psicologia da educação. São Paulo: EDUC, n. 6,1996, p. 107-125.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil:** Um estudo de professores em creche.Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação,Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2005.

SILVA, Peterson Rigato da. **Não sou tio, nem pai, sou professor!** A docência masculina na Educação Infantil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2014.

TEBET. Gabriela Guarnieri de Campos ; MARTINS. Rosa M.Castlho ; RITMEISTTER Eunice Martins. **Espaços e contextos de aprendizagens docentes:** Reflexões sobre a

formação de profissionais para a educação de crianças de 0 à 3 anos. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.11n. 01 abr.2013

VASCONCELLOS, Francisco Ulisses Paixão e. “**Não é a mamãe?**”: a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da Educação Infantil. Textura, n.28, maio/ago. 2013.

VENTURINI, Angela Maria ; THOMASI, Katia Barroso. **A feminização na educação infantil: uma questão de gênero.** Revista Científica Digital FAETEC:EDU.TEC,8ª edição, Ano V, Volume 1, Nº 1, 2013.

Anexo I – Edital Prefeitura Indaiatuba 2015



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA/SP  
Concurso Público de Provas nº 01/2015



2.5 DO QUADRO DE CARGOS						
A) CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
CÓDIGO / CARGO	Nº VAGAS	REQUISITOS BÁSICOS	PROVA (A)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS	VALOR INSCRIÇÃO
1.01 - Agente de Suporte Operacional – Feminino *	10	Ensino Fundamental (4ª série)	Objetiva	40 horas	R\$ 958,46	R\$ 29,00
1.02 - Operador de Máquinas - Patrol *	02	Ensino Fundamental (4ª série) e CNH "D"	Objetiva + Prova Prática	40 horas	R\$ 1.286,70	R\$ 29,00
B) CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO						
CÓDIGO / CARGO	Nº VAGAS	REQUISITOS BÁSICOS	PROVA (A)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS	VALOR INSCRIÇÃO
1.03 - Guarda Vidas *	03	Ensino Fundamental Completo, Natação e Curso de Primeiros Socorros para Salva-Vidas (a ser comprovado na posse)	Objetiva + Teste de Aplicdo Aquática	40 horas	R\$ 1.207,92	R\$ 37,00
1.04 – Motorista *	05	Ensino Fundamental Completo + Habilitação CNH "D" e "A"	Objetiva	40 horas	R\$ 1.207,92	R\$ 37,00
C) CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO COMPLETO E/OU TÉCNICO						
CÓDIGO / CARGO	Nº VAGAS	REQUISITOS BÁSICOS	PROVA (A)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS	VALOR INSCRIÇÃO
2.01 - Agente Fiscal Municipal *	05	Ensino Médio completo com CNH "A" e "B"	Objetiva	40 horas	R\$ 1.838,15	R\$ 47,00
2.02 - Assistente de Administração e Serviços Públicos: GERAL *	05	Ensino Médio Completo com Conhecimento de Informática	Objetiva	40 horas	R\$ 1.328,70	R\$ 47,00
2.03 - Assistente de Administração e Serviços Públicos: INSPETOR DE ALUNOS *	05	Ensino Médio Completo com Conhecimento de Informática	Objetiva	40 horas	R\$ 1.328,70	R\$ 47,00
2.04 - Assistente de Administração e Serviços Públicos: OFICIAL DE ESCOLA *	05	Ensino Médio Completo com Conhecimento de Informática	Objetiva	40 horas	R\$ 1.328,70	R\$ 47,00
2.05 - Auxiliar de Desenvolvimento Educacional – Feminino *	50	Ensino Médio Completo	Objetiva	40 horas	R\$ 1.494,80	R\$ 47,00
2.06 – Auxiliar de Serviços de Saúde *	02	Ensino Médio Completo * Quando da atividade de Auxiliar de Enfermagem, Curso de auxiliar de Enfermagem e registro profissional no COREN.	Objetiva	40 horas	R\$ 1.365,47	R\$ 47,00
2.07 - Guarda Civil – FEMININO *	04	Ensino Médio Completo, CNH "AB", idade de 18 a 30 anos e altura mínima de 1,60 cm, a ser comprovado por ocasião da Investidura para o cargo, nos termos da Lei Municipal nº 6.423 de 25 de Março de 2015.	Objetiva + Teste de Aplicdo Física (T.A.F)	40 horas	R\$ 1.181,66 + 100% de proventosidade	R\$ 47,00
2.08 - Guarda Civil – MASCULINO *	35	Ensino Médio Completo, CNH "AB", idade de 18 a 30 anos e altura mínima de 1,80 cm, a ser comprovado por ocasião da Investidura para o cargo, nos termos da Lei Municipal nº 6.423 de 25 de Março de 2015.	Objetiva + Teste de Aplicdo Física (T.A.F)	40 horas	R\$ 1.181,66 + 100% de proventosidade	R\$ 47,00
2.09 - Supervisor Técnico e de Serviços Administrativos: SECRETÁRIO DE ESCOLA *	05	Ensino Médio Completo com Conhecimentos Básicos em Informática	Objetiva	40 horas	R\$ 1.494,80	R\$ 47,00
2.10 - Técnico em Agrimensura *	01	Ensino Médio Completo com Formação em Técnico em Agrimensura e registro no Conselho da categoria	Objetiva	40 horas	R\$ 1.494,80	R\$ 47,00
2.11 - Técnico em Edificações *	01	Ensino Médio Completo com Formação em Técnico em Edificações e registro no Conselho da categoria	Objetiva	40 horas	R\$ 1.494,80	R\$ 47,00
2.12 - Técnico de Enfermagem *	10	Ensino Médio Completo com Formação em Técnico de Enfermagem e registro no "COREN"	Objetiva	40 horas	R\$ 1.838,15 + R\$191,70 por insalubridade	R\$ 47,00
2.13 - Técnico em Hardware *	02	Ensino Médio Completo + Habilitação em Manutenção Técnica em Informática	Objetiva	40 horas	R\$ 1.494,80	R\$ 47,00
2.14 - Técnico de Laboratório *	02	Ensino Médio Completo com Formação em Técnico de Laboratório (Citologia Oncológica, Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Bioquímica) e registro no Conselho da categoria.	Objetiva	40 horas	R\$ 1.838,15 + R\$191,70 por insalubridade	R\$ 47,00

## Anexo II – Edital prefeitura Arroio dos Ratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMCAS  
GESTÃO 2015/2016  
CNPJ DA PREFEITURA MUNICIPAL: 88.363.072/0001-44

### PROCESSO SELETIVO Nº 022/2015 EDITAL Nº 15/2015.

A Secretária Municipal da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município de Arroio dos Ratos/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estarão abertas as inscrições nesta secretaria, **no período de 11 a 18 de Agosto de 2015 no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, à Rua Doutor Roberto Cardoso, 535.** As inscrições de candidatos serão através de **CURRICULUM VITAE**, para contrato com tempo determinado, de acordo com a Lei nº 3.720/2015 de 01-6-2015, para atender necessidade de excepcional interesse público, na secretaria Municipal de Cidadania e Assistência social, contrato de seis (06) meses, podendo ser prorrogado por mais seis (06) meses ou rescindido a qualquer tempo.

Quantidade vaga:	Função:	Carga horária/nível:	Remuneração:
01 + Cadastro Reserva	Monitor feminino	40h	R\$ 912,85

#### CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

- Experiência profissional na área de atuação, de no mínimo 01 (um) ano;
- Disponibilidade de horário para o trabalho em turno integral, noturno e/ou plantões e finais de semana;
- Escolaridade: Ensino Fundamental Completo;